

PLANO REGIONAL DE EDUCAÇÃO

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE
SANTO AMARO



NOVEMBRO - 2018

Diretoria Regional de Educação de Santo Amaro

Carlos Antonio Vieira

Diretor Regional de Educação de Santo Amaro

Sandra Aparecida Silva Dutra

Diretora da Divisão de Administração e Finanças

Lineia Ruiz Trivilin

Diretora da Divisão Pedagógica

Katia Maria Vergne Vicente

Diretora da Divisão dos Centros Educacionais Unificados e da Educação Integral

Hilda Martins Ferreira Piaulino

Diretora de Supervisão Escolar

APRESENTAÇÃO

A Lei nº 16.271, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015, aprovou o Plano Municipal de Educação, prevendo que no quarto ano de sua edição ocorreria a publicação de estudos para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas para com a finalidade de monitoramento de seu cumprimento até o final da década de sua vigência.

Destacou ainda que o cumprimento das metas seria objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias: Secretaria Municipal de Educação; Comissão Permanente de Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal de São Paulo; Conselho Municipal de Educação; Fórum Municipal de Educação.

Nesse sentido, a Secretaria Municipal de Educação previu na Portaria de Calendário do ano de 2018 dois momentos para que os órgãos que compõem o seu sistema pudessem se debruçar sobre o Plano. Importante passo foi dado ao prever a realização de duas plenárias nesse ano de 2018, com a finalidade de acompanhar/monitorar e construir o Plano Regional de Educação com vistas à consecução ao final da década do que está previsto no PME.

O Plano Municipal de Educação previu como estratégia, portanto, a elaboração de planos regional sendo a sua elaboração coordenada pela Diretoria Regional de Educação – DRE, com a participação da comunidade escolar.

No âmbito da DRE Santo Amaro foi constituído um Comitê que buscou contemplar diferentes segmentos e atores da sociedade civil com vistas à realização do monitoramento e avaliação do Plano e da construção do Plano Regional de Educação.

Este Comitê envidou esforços para a realização dos trabalhos, cabendo nosso agradecimento aos participantes, pois tiveram um especial significado no sentido de levar a cabo as discussões quanto ao Plano Municipal em nossa região.

Cabe uma palavra de agradecimento às unidades escolares que prontamente contribuíram nos dois momentos de coleta de sugestões e a todas as pessoas que participaram da primeira e da segunda plenária. Registramos que na primeira plenária houve um número substancial de participação e, na segunda houve um número menor, porém, em ambas, as discussões foram produtivas e trouxeram contribuições.

O percurso dos trabalhos realizados pelo Comitê Local segue abaixo, mas é importante destacar que, em respeito ao decidido pelas plenárias, mantiveram-se estratégias locais na Meta 1 que é de governabilidade da União e, ainda, estratégias locais em metas que nem sempre estão no âmbito de decisão da DRE Santo Amaro, mas que servirão de instrumento de retroalimentação para a Secretaria Municipal de Educação, como por exemplo, revisão dos valores per capita do PTRF para os CEIS, dentre outros.

O Plano Regional destacou metas em curto prazo, isto é, para o ano de 2019 e 2020, sendo certo que deverá ser revisitado tanto para os ajustes quanto para monitoramento constante de modo que possamos, ao final da década e em conjunto com os órgãos que compõem a SME, cumprir ao previsto no Plano Municipal de Educação.

Carlos Antônio Vieira

Diretor Regional de Educação de Santo Amaro

DO TRABALHO DO COMITÊ DA DRE SANTO AMARO DE MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

O Comitê local de Monitoramento e Acompanhamento do Plano Municipal de Educação, instituído pela DRESA, procurou proceder à escuta ativa de todos os atores envolvidos na vivência desse plano; garantiu que representantes de seus membros participassem do Fórum Municipal de Educação e demais instâncias que tratam do assunto, e fez o seguinte percurso entre a sua instituição até a aprovação do Plano Regional de Educação:

Etapas	Atividades
Fevereiro	<ul style="list-style-type: none"> Participou das reuniões do FME.
Março	<ul style="list-style-type: none"> Participou das reuniões do FME.
Abril	<ul style="list-style-type: none"> Orientou as Unidades Escolares- UEs, a retomarem o acompanhamento do Plano Municipal através de debates e reuniões para o cumprimento da META 13. Organizou a Comissão de Sistematização da DRESA. Encaminhou questionário para as unidades escolares e procedeu a análises e sínteses sobre acompanhamento do plano.
Maiο	<ul style="list-style-type: none"> Organizou a Comissão de Monitoramento e Sistematização com chamamento da sociedade civil e entidades sindicais para o acompanhamento local do Plano e organização de plenária para discussão do Plano Municipal de Educação
Junho	<ul style="list-style-type: none"> Procedeu a reunião da Comissão de Sistematização e recebeu os dados coletados pelo Diretor Regional sobre a DRESA. Realizou plenária para contribuições ao PME com a

	participação de 200 pessoas (sociedade civil, professores, sindicatos, representantes de conselhos de escola, conselho tutelar, universidade privada, estudantes etc.).
Agosto	<ul style="list-style-type: none"> Participou das reuniões do FME – Procedeu a discussão sobre a elaboração do Plano Regional de Santo Amaro; efetivou Reunião da Comissão de Sistematização; encaminhou documento prévio aos setores da DRESA para a coleta de dados e informações quanto às Metas e Estratégias e procedeu a discussão dos dados compilados, em reunião, ao Comitê Regional.
Setembro	<ul style="list-style-type: none"> As unidades retomaram o acompanhamento do Plano Municipal através de debates e reuniões com vistas ao cumprimento da META 13. As UEs receberam do Comitê pesquisa sobre acompanhamento do plano e reenviaram suas análises e suas contribuições por meio de questionário “Google Docs”. Ocorreu a participação de representantes do Comitê na CONAE ESTADUAL que discutiu o Plano Estadual de Educação.
Outubro	<ul style="list-style-type: none"> Reunião do Comitê Local para a organização do material coletado com a finalidade de sistematizar as contribuições para o Plano Regional de Santo Amaro em novembro.
Novembro	<ul style="list-style-type: none"> Reunião da comissão de sistematização – Leitura previa e discussão do material coletado sobre o Plano Regional de Educação e continuidade da organização da plenária para a e aprovação do Plano Regional de Santo Amaro. Realizou a 2ª Plenária Regional onde os presentes puderam rever o documento e proceder a aprovação do Plano da DRESA, no dia 12/11. Ocorreu participação de representante do Comitê na Plenária Nacional sobre o Plano Nacional de

É de se destacar que em conformidade com a PORTARIA Nº 8.821, DE 28/12/2016 que “estabelece diretrizes gerais para o processo de Elaboração Participativa dos Planos Regionais de Educação, e dá outras providências”, na semana de 10 a 14 de setembro de 2018, os trabalhos de acompanhamento sistemático do Plano Municipal e elaboração do Plano Regional de Santo Amaro foram retomados a partir do material produzido coletivamente na EMEF Carlos Rizzini em Maio deste ano.

As discussões nas atividades de Maio/2018 limitaram-se ao conteúdo do Plano Municipal de Educação, aos dados da DRESA e às duas questões tratadas pelas Unidades escolares, a saber:

a) Como a nossa região se situa perante cada meta do PME e como pode contribuir para seu atendimento?

b) Quais metas devem ser estabelecidas para a nossa região, em consonância com as correspondentes metas e estratégias do PME?

No mês de setembro, nova consulta foi realizada, dessa feita, as unidades receberam as treze metas previstas no PME e puderam informar de que maneira estavam contribuindo para a consecução das mesmas, apontando sugestões com vistas a contribuir para o alcance das referidas metas, conforme segue:

META 1: Ampliar o investimento público em educação, aplicando no mínimo 33% (trinta e três por cento) da receita resultante de

impostos, compreendida a proveniente de transferências, em manutenção e desenvolvimento do ensino e em educação inclusiva.

META 2: Assegurar uma relação educando por docente no sistema municipal de ensino que fortaleça a qualidade social da educação e as condições de trabalho dos profissionais da educação, na seguinte proporção: Berçário I: 7 crianças / 1 educador Berçário II: 9 crianças / 1 educador Mini – Grupo I: 12 crianças / 1 educador Mini – Grupo II: 25 crianças / 1 educador Infantil I: 25 crianças / 1 educador Infantil II: 25 crianças / 1 educador Ciclo de Alfabetização: 26 educandos / 1 educador Ciclo de Intermediário: 28 educandos / 1 educador Ciclo autoral: 30 educandos / 1 educador EJA I: 25 educandos / 1 educador EJA II: 30 educandos / 1 educador MOVA: 20 educandos / 1 educador.

META 3: Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem.

META 4: Valorizar o profissional do magistério público da educação básica, em especial da Rede Municipal de ensino, aproximando gradativamente seu rendimento médio até a equiparação a todos os demais profissionais com escolaridade equivalente até o sexto ano de vigência deste PME e garantir uma política de formação continuada.

META 5: Universalizar, até 2016, a Educação Infantil para as crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos de idade e assegurar, durante a vigência do Plano, atendimento para 75% das crianças de zero a 3 anos e 11 meses ou 100% da demanda registrada, o que for maior.

META 6: Universalizar o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos público e gratuito com qualidade socialmente referenciada para a demanda de

6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos educandos conclua essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste Plano.

META 7: Estimular a universalização, até 2016, do atendimento escolar para toda a população de 15(quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

META 8: Universalizar, para a população com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, até o final de vigência deste Plano.

META 10: Superar, na vigência deste PME, o analfabetismo absoluto na população com 15 (quinze) anos ou mais e ampliar a escolaridade média da população.

META 11: Estimular, em regime de colaboração com o Estado de São Paulo e a União, a expansão das instituições de educação superior públicas em todas as regiões do Município de São Paulo e em consonância com as necessidades econômicas, sociais e culturais.

META 12: Assegurar condições, no prazo de um ano, para a efetivação da gestão democrática da educação, prevendo recursos financeiros e apoio técnico e aprimorar mecanismos efetivos de controle social e

acompanhamento das políticas educacionais no Município de São Paulo.

META 13: Elaborar Planos Regionais de Educação, no prazo de dois anos, que deverão observar as metas e estratégias do Plano Municipal de Educação e diretrizes de SME, além de adequar as suas metas e estratégias específicas às particularidades de cada região, visando reduzir as desigualdades e promover a melhoria na qualidade de atendimento à população em especial nas áreas mais desfavorecidas.

Ambas as coletas realizadas foram consideradas para a realização do Plano Regional de Educação e encaminhadas para o representante da SME que acompanha em nível de sistema os trabalhos realizados regionalmente, de modo que tanto SME quanto o Fórum Municipal pudesse conhecer os trabalhos desenvolvidos localmente.

Em apertada síntese, nesse segundo momento, as Unidades de Ensino de Santo Amaro apontaram estratégias e metas de acordo com o já disposto no Plano Municipal, embora muitas vezes territorializadas no tocante às necessidades e atendimento, requerendo ações internas ou de acompanhamento da equipe gestora e organização da própria U.E. Também apontaram a necessidade da gestão democrática e de maior participação dos setores públicos e administrações como DRESA e SME para ações de atendimento às demandas, porém também previstas no Plano Municipal de Educação.

As Unidades demonstraram maior acompanhamento, apresentando dados de reuniões e por meio de consulta à comunidade escolar. Parte substancial das escolas apresentou dificuldades no cumprimento de

algumas metas em razão da “não governabilidade” e dependência de outras esferas públicas e administrativas como da Secretaria Municipal de Educação, além de mudanças de leis e orientações regulatórias que fazem parte das políticas públicas do município. Podemos extrair o que segue, a partir da meta 02, pois a metas1 não está no âmbito de governabilidade das escolas, embora tenham especificado estratégias locais com vistas ao seu adimplemento, conforme constará no Plano Regional da DRESA deste documento:

Sobre a meta 2: foi atendida parcialmente em razão da demanda de aluno e da falta de salas e espaços para o atendimento. Embora alguns espaços tenham sido transformados em sala de aula, esta meta foi considerada não atingida alegando que o número de alunos atendidos na atualidade quase dobra em relação ao número de alunos previstos no PME para até o final da década. Como estratégia, as escolas comunicam a Diretoria Regional de Educação e solicitam providências para os casos onde, atualmente, se excedem as quantidades propostas.

Sobre a meta 3: as UEs afirmam que realizam o acompanhamento dos alunos em suas dificuldades tendo resultado menores taxas de reprovação e aumento nas aprendizagens conforme resultado das avaliações e IDEB. Informam o engajamento em formações e em parcerias, seja com a comunidade, parceiros culturais e de universidade, em prol de defender o espaço educativo como oportunidade para as múltiplas vivências, desde a infância. Destacam o desenvolvimento de parceria junto a outros órgãos para evitar a evasão e incentivar a frequência à escola. Consideram que há

valorização do protagonismo do aluno, que a escola é aberta à comunidade, a gestão é democrática, que proporcionam saídas e visitas monitoradas extraclasse. Há promoção da articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, cultura e esportes, visando uma rede de proteção social para crianças e jovens. Destacam ações para a participação da comunidade de modo que possam valorizar a escola, bem como, o alcance de um sistema escolar cada vez mais inclusivo e aberto a diversidade, que, portanto, combate as discriminações buscando que seja um espaço democrático de convívio saudável e aprendizado.

Sobre a meta 4: as Unidades registraram que merece muita atenção por parte das instâncias que lidam com a gestão financeira, pois a elas cabem a responsabilidade política de valorização salarial dos profissionais que necessitam de melhores salários e, ainda, há de ser melhorada as condições de trabalho. As unidades apontam como problema o fato de que nem todos os professores participam da formação em serviço e, também, que há pouca oferta da Secretaria de Educação em relação a oferta de cursos e de possibilidades de formação. Nas unidades são comuns ações como: formação continuada do quadro docente (JEIF); divulgação e socialização dos cursos oferecidos pela SME/DREs e rede parceira (Sindicatos e instituições privadas); formação da equipe de apoio em relação aos temas estudados; debates e discussões dos materiais e publicações diretamente relacionados com a Rede de Ensino. Informam que tem se mobilizado no sentido de difundir amplamente os cursos de formação dos professores divulgados pela SME /DRE bem como

socializado os saberes advindos das formações dos gestores com o intuito de que essas informações contribuam de forma positiva para prática dos professores nas Unidades de Ensino em que atuam.

Sobre a meta 5: embora ainda não atingida em sua totalidade, em especial no que se refere às creches, as unidades matriculam 100% das crianças encaminhadas pelo sistema, dando todas as informações e fazem o acompanhamento necessário para a permanência das crianças na rede de ensino, além de promover ações de acolhimento durante todo o ano.

Sobre a meta 6: é afirmado que se encontra em processo de realização, vez que existe trabalho por parte das Unidades em garantir o acesso e o direito de aprendizagem. Informam a busca de favorecer o acesso das crianças da EMEI ao 1º ano do Ensino Fundamental, atuando com ações de divulgação e informações completas e direcionadas para o encaminhamento e matrícula para as escolas indicadas pelo Sistema EOL. Existe um trabalho de formação na implementação de políticas de prevenção à evasão motivada por qualquer forma de discriminação, violência e preconceito, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão. Destacam ainda, que dentro das condições existentes, há desenvolvimento de tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e a comunidade; incluem a promoção da relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos educandos dentro e fora dos espaços escolares, assegurando que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural; incentivam a participação dos pais ou

responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio de estreitamento das relações entre as escolas e as famílias e reafirmam esforços para garantir o direito à aprendizagem e construção do conhecimento através de política voltada para a superação da exclusão, evasão e repetência escolares, que vise à articulação entre ciclos/etapas de aprendizagem e a continuidade do processo educativo, considerando o respeito às diferenças e as desigualdades entre os educandos.

Segundo as Unidades, as **metas 7 e 8** estão em processo de atendimento.

Sobre a meta 7: o Ensino Fundamental teve melhora significativa de fluxo, ao longo dos anos, que fez aumentar a demanda no Ensino Médio - EM, por isso há necessidade de repensar a oferta e estratégias do Ensino Básico, sobretudo do EM.

Sobre a meta 8: especificamente quanto ao atendimento educacional especializado, apontam a necessidade de profissionais em maior quantidade e qualificado, pois muitas UEs não são atendidas por professores especializados para dar suporte às crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação; apontam falta de estagiários de inclusão e AVEs. Consideram que a Rede de proteção é fundamental para a eficiência desta Meta, no entanto, não existe o apoio necessário intersetorial para que, de fato, ela funcione plenamente. É apontada também a falta de acessibilidade.

Sobre a meta 9: embora esteja em curso, é apontada como ainda por ser atingida. As Justificativas em relação ao não atendimento dessa meta enquanto Tempo Integral são: o número de educandos atendidos em muitas UEs dificulta o cumprimento desta meta; faltam espaços e profissionais. Em relação à educação Integral: o desenvolvimento dos educandos em todas as suas dimensões (intelectual, física, emocional, social e cultural) construído por projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais necessita de da interiorização de todos os atores envolvidos no processo da educação para que ela se efetive.

Sobre a meta 10: são apontados: necessidade de chamada pela grande mídia para matrícula na EJA; aumentar o número de CIEJAS na cidade de São Paulo; proporcionar mais projetos (desburocratizar) no contra turno para diminuir o analfabetismo; buscar alfabetizar dentro do ciclo de alfabetização; garantir a formação dos professores visando à qualidade da aula de forma a atender todos os alunos; aumentar o número de vagas para a formação de docentes, constantemente. Existe consenso quanto a grande demanda em várias regiões da cidade de São Paulo, sobretudo nas periferias; é apontado que inúmeras UEs ficam ociosas durante o período noturno e apontam a necessidade de flexibilizar a oferta de horários para os educandos, sobretudo para os trabalhadores.

Sobre a meta 11: foi considerada parcialmente prejudicada, pois depende de financiamento público e houve, recentemente, na opinião das escolas falta de estímulo à expansão pelos órgãos competentes. Destacam que as escolas auxiliam (estimulam) divulgando as vagas oferecidas pela UAB.

Sobre a meta 12: foi considerada atingida de maneira relativa, uma vez que as condições para assegurar a gestão democrática da educação existem e tiveram certo avanço, no entanto, destacam que precisam ser melhorados o envolvimento e participação de todos envolvidos; apontam que é necessário o fortalecimento dos colegiados (APM, CONSELHO DE CLASSE, CONSELHO DE ESCOLA E GRÊMIO ESTUDANTIL), e melhorara divulgação dos mecanismos de participação; melhorar a transparência dos recursos financeiros, necessidade de realizar mais assembleias junto aos educandos em todas as etapas da vida escolar. É necessário investimento na formação para que a gestão democrática e a participação tornem-se cultura/costume.

Sobre a meta 13: está em processo sendo que o trabalho que ora se realiza visa ao seu cumprimento.

PLANO REGIONAL DE EDUCAÇÃO SANTO AMARO – NOVEMBRO 2018

META 1 - META DE GOVERNABILIDADE DA UNIAO

Estratégias DRESA

- Assegurar os investimentos em educação inclusiva, orientando e sinalizando as unidades quanto ao previsto nessa meta.
- Verificar e apurar os impactos positivos nas escolas em relação aos repasses de verbas recebidas e sua aplicação, em face das prioridades estabelecidas. Refletir conjuntamente com as escolas

sobre como as verbas estão sendo utilizadas e quais as prioridades da Unidade, reforçando que essas prioridades são elencadas pelo coletivo. Verificar se os recursos foram aplicados corretamente.

- Acompanhar as políticas públicas e programas da SME; acompanhar a elaboração do plano anual de trabalho com a previsão dos gastos e aplicação das verbas em cada unidade; encaminhar as demandas percebidas para os setores e gabinete da DRESA quanto às necessidades das escolas e necessidade do quadro de servidores, necessidade de estagiários e AVEs, além da necessidades estruturais e materiais.
- Criação de um colegiado na DRESA para acompanhamento e distribuição das verbas, formado com a representatividade de gestores (Diretor, Assistente de diretor e Coordenador Pedagógico) das diferentes unidades (CEI, EMEI, EMEF, CIEJA E CEU) e das diretorias que compõe a DRESA para discutir, analisar e planejar a distribuição das verbas vinculadas à DRESA, considerando as necessidades e realidades de cada unidade educativa e precedida, se necessário, de consulta a outras DRES para troca de experiências e formação em serviço.
- Ampliação das instâncias de debates para a revisão do valor do PTRF direcionado aos CEIs, considerando não somente o número de bebês e crianças matriculados, mas o tempo integral de permanência desses nas unidades.

META 2

- Encaminhar para a SME sugestões de terrenos disponíveis para construção de unidades educacionais visando ampliar, a médio e

longo prazo, a compatibilidade do número de alunos por educador nas EMEIS e EMEFS, sempre atendendo a demandado ensino obrigatório de modo a, gradualmente, atingir o número delimitado de alunos por educador conforme previsto no PME;

- Manter 100% de adequação entre número de crianças/educador nas creches.
- Encaminhar sugestão de locação de prédio e buscar parcerias para cessão de espaços com vistas a ampliação do número das EMEIs existentes.

Estratégias DRESA

- Propor a diminuição gradativa do número de crianças atendidas no MGII, para alcançar no máximo 15 crianças, visando qualificar o trabalho pedagógico.
- Acompanhar frequência e movimentação do alunado, efetivando as intervenções administrativas quando cabidas para atender devidamente a demanda.
- Acompanhar em cada unidade a proporcionalidade adulto/adolescente/criança, observando os registros de frequência e realizando os encaminhamentos devidos.
- Acompanhar o trabalho das unidades escolares quanto ao atendimento à demanda e propor junto ao setor próprio da DRESA os devidos ajustes e projeções.
- Participar de comissões de abertura de novas unidades conforme legislação.

- Acompanhar e avaliar a ocupação dos espaços escolares, identificando possibilidades de ampliação e/ou readequações para atendimento da demanda e da meta.
- Viabilizar transporte de alunos pelo TEG – Transporte Escolar Gratuito para escolas com falta de ocupação.
- Buscar prédios para acomodação da demanda de 0 a 3 anos na região da Pedreira: Setor 5 - Jd. Apurá; Setor 3 -Sta Terezinha, Pq. Dorotéia, Guacuri, Sete Praias, Cidade Ademar; Setor 5 - Jd Luso, Vl. Missionária, Jabaquara; Setor 6 - Vl.Clara.
- Formalização de novas parcerias para atender gradativamente a demanda da faixa etária de zero a 3 (três) anos e 11 (onze) meses, sendo no total de 12 (doze) entre novembro de 2018 a março de 2020.
- Abertura de duas novas EMEIs na região para atender a demanda desta faixa etária da região de Pedreira para 2019, e estudar a necessidade de novas unidades para atendimento da demanda em virtude de construção de complexo habitacional na região do CEU Caminho do Mar.
- Construção de EMEIS em áreas que já foram desapropriadas para este fim na região da PEDREIRA/GUACURI, e buscar prédios públicos naquela região para atendimento de demanda.
- Estudos para prever atendimento de necessidade de vagas, considerando a chegada de novas famílias nas proximidades do CEU Caminho do Mar.
- Envidar todos os esforços para a construção do CEU Cidade Ademar.

META 3

- Assegurar o acompanhamento e a formação em serviço aos educadores, mantendo o acompanhamento e as orientações quanto ao fluxo escolar de modo a buscar, em processo, a melhoria do fluxo e da aprendizagem em todas as etapas da educação básica.

Estratégias DRESA

- Garantir a formação continuada de Coordenadores Pedagógicos de todas as Unidades Educacionais da Educação Básica, para fomentar a qualidade da formação continuada dos professores nas Unidades Escolares e o acompanhamento das aprendizagens dos alunos; com previsão de atendimento de no mínimo 3.100 profissionais em 2019.
- Garantir o oferecimento de cursos optativos para professores, equipe gestora e pessoal de apoio (ATE I, AVE, estagiários do CEFAl, estagiários parceiros da Aprendizagem).
- Atuar em parceria com os coordenadores pedagógicos na formação continuada dos professores em horário coletivo nas escolas mais vulneráveis. Serão atendidas no mínimo cinco escolas em 2019, selecionadas a partir de seus resultados nas avaliações externas, no IDEB e situação de vulnerabilidade dos alunos.
- Promover a formação continuada dos Professores Orientadores de Sala de Leitura e professores da Academia Estudantil de Letras – AEL, para ampliarem as atividades de leitura nas UEs, visando promover o acesso e o prazer à leitura.

- Garantir o oferecimento de curso optativo aos educadores da rede, para combater a violência escolar, possibilitando a formação dos educadores para reconhecerem os sinais de suas causas extraescolares, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura da paz.
- Garantir formação aos Coordenadores Pedagógicos para utilizarem padrões de qualidade da Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino e definirem parâmetros de melhoria da aprendizagem dos estudantes, valorizando a participação popular.
- Garantir formação continuada aos Coordenadores Pedagógicos, e, em caráter optativo aos professores sobre propostas pedagógicas que incorporem conteúdos que tratem dos imigrantes, refugiados, periféricos e as culturas afro-brasileira, africana, indígenas, como também conteúdos da educação ambiental com o foco na sustentabilidade socioambiental e questões de gênero.
- Buscar por meio da análise, em conjunto com as equipes gestoras das unidades escolares, dos projetos, calendários e outros documentos das unidades, bem como na apreciação das condições dos prédios e espaços físicos, a melhoria da qualidade dos padrões básicos e dos processos de ensino com vistas a progressão contínua do fluxo escolar.
- Efetivar ações no âmbito da atuação supervisora com vistas a assegurar a qualidade de educação, sempre que necessário.
- Proceder ao acompanhamento pedagógico com o olhar voltado à reflexão sobre a avaliação numa perspectiva formativa.

- Fortalecer momentos de formação da equipe gestora e docente, por meio da Parceria DIPED e Supervisão Escolar.
- Acompanhar PPPs, PEAs e demais Projetos, que visem o atendimento de demandas locais, como também a busca por qualidade no atendimento oferecido para os bebês, crianças, jovens e adultos.
- Acompanhar os resultados de aprendizagem no Ensino Fundamental por meio de diversos indicadores, tais como, avaliações internas, externas, Comissões de Classe, avaliação dos projetos e registros dos processos formativos, contribuindo para fomentar análises e possibilidades de qualificação do trabalho pedagógico na perspectiva da melhoria da aprendizagem. Na Educação Infantil, orientar na elaboração dos registros individualizados para possibilitar demarcar os percursos, aprendizagens, vivências e experiências dos bebês e das crianças; socializando publicações legais e teóricas quanto às implicações, concepções e práticas próprias da faixa etária.
- Acompanhar o desenvolvimento dos Projetos Político Pedagógicos de modo a garantir a gestão democrática e a autonomia das unidades escolares.
- Acompanhar, planejar e orientar junto às unidades escolares ações para melhoria das aprendizagens.
- Avaliar, orientar e acompanhar os resultados das avaliações dos alunos e das aprendizagens na perspectiva da melhoria dos processos de ensino-aprendizagem.
- Reivindicar a agilidade da homologação dos cursos encaminhados ao CEUFOR /SME.

- Acompanhar a implementação dos planos de atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, bem como a educação em direitos humanos, que contemple as relações étnico-raciais, com ênfase na educação integral e inclusiva.
- Incentivar, acompanhar e garantir a auto-avaliação das unidades escolares, a fim de apontar avanços e dificuldades e o redimensionamento de ações e propostas que garantam a melhoria do trabalho pedagógico.
- Sistematizar a devolutiva das demandas externas do âmbito de competência da DRESA, dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulista, e socializar os encaminhamentos correspondentes às mesmas, através de encontros que envolvam os educadores, com vistas a pautar as estratégias dos diferentes setores a fim de garantir a consolidação da qualidade social da educação.
- Integrar ao Informativo Pedagógico as reuniões da TEIA, e garantir a participação de representantes da equipe da DRESA nas referidas reuniões.
- Ampliar a oferta de formações para os educadores pela DRESA, com temáticas emergentes das necessidades e realidades das unidades educativas, na perspectiva de ampliar e aprofundar o debate sobre currículo integrador.
- Construção colaborativa de um plano de formação da DRESA, para os educadores, contando com a participação por representação das equipes / educadores das unidades educacionais.

- Criar um informativo com a agenda cultural, esportiva e educacional dos CEUs de modo a socializar as ações/projetos desses espaços para todas as Unidades Escolares.
- Promover encontro intersecretariais com as unidades públicas de combate a violência contra a mulher e a criança, fomentando a consolidação e fortalecimento da rede de proteção social.
- Elaborar um mapeamento dos recursos públicos e gratuitos da região no que diz respeito aos equipamentos de cultura, esporte, lazer e movimentos culturais, promovendo encontros entre estas equipes com representantes das Unidades Escolares, com vistas a potencializar as ações educativas para além dos muros da escola.

META 4

- Assegurar que 3.800 (três mil e oitocentos) profissionais da educação sejam contemplados com ações de formação continuada e ações de acompanhamento, por meio de encontros mensais, cursos optativos e visitas às unidades escolares de modo a oferecer opções de evolução na carreira.
- Divulgar as possibilidades de cursos de graduação e pós-graduação por meio da rede parceira de SME e também por meio das UABs.

Estratégias DRESA

- Implementar as ações locais a partir das políticas públicas de SME.
- Implementar as ações de formações oferecidas pela SME.

- Reivindicar salário digno e formação continuada, com cursos oferecidos com quantidades que venham a contemplar um maior número de servidores.
- Acompanhar e implementar políticas públicas voltadas para valorização profissional.
- Valorizar iniciativas inovadoras das escolas, fortalecer vínculos, apoiar as escolas quando em dificuldades.
- Acompanhar os processos formativos nas unidades e as certificações expedidas (PEA/APM/CE/CRECE/MEDIAÇÃO DE CONFLITOS/CIPA/MAIS EDUCAÇÃO e outros).
- Acompanhar ações de DIPED e a interlocução das discussões e propostas.
- Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do projeto especial de ação das unidades escolares.
- Reivindicar os espaços de formação em serviço no âmbito da DRESA.
- Formação em serviço - CIPA e Saúde do Trabalhador.
- Reivindicar junto a COPED a agilidade na certificação dos cursos realizados por SME.
- Prever espaço físico próprio para formação na DRESA.

META 5

- Ampliar a quantidade de vagas ofertadas na Educação Infantil de modo a atender 70% das crianças em idade de creche e 100% das crianças da pré-escola no ano de 2019.

Estratégias DRESA

- Ampliação de rede de parcerias. Buscar prédios na região da Pedreira: Setor 5 – Jd. Apurá, Setor 3 – Sta. Terezinha, Pq. Dorotéia, Guacuri, Sete Praias; Cidade Ademar: Setor 5 – Jd Luso, VI. Missionária; Jabaquara: Setor 6 – VI. Clara.
- Transporte com TEG para EMEIs próximas com ociosidade.
- Acompanhar a efetiva matrícula, os registros das unidades, a demanda existente orientando as escolas nos termos da legislação vigente.
- Acompanhar frequência e movimentação de aluno.
- Participar e acompanhar a abertura de unidades novas de Educação Infantil, acompanhar os registros de frequência, matrícula e atendimento da demanda, bem como o fluxo de atendimento dos bebês e crianças na rede direta e parceira, realizando os encaminhamentos das realidades para setores e gabinete da DRESA.
- acompanhar e orientar as unidades escolares no atendimento da demanda e na busca das possibilidades de ampliação do atendimento na demanda na educação infantil.
- Propor ações intersecretariais, especialmente com SEHAB, para antecipação da necessidade de vagas no Residencial Espanha no Jardim Apurá.
- Retomada da área pública que foi desapropriada no Guacuri, e propor construção de EMEI.
- Propor a formalização da cessão da área do Circo Escola para construção/ reforma de EMEI.
- Ampliação de atendimento da Educação Infantil **diretamente pelo poder público**, como ação prioritária.

META 6

- Realizar a formação em serviço dos profissionais da educação a cada ano da vigência do plano, e proceder o acompanhamento por meio de ação supervisora em 100% das escolas com vistas a orientar sobre avaliação e fluxo escolar, levando-se em conta os indicadores sociais, oferecendo os suportes existentes relativos às verbas e aos recursos humanos, de modo a contribuir para o atingimento da meta.
- Acompanhar os processos de avaliação, orientando as unidades nos termos da legislação educacional vigente quanto ao fluxo dos alunos.
- Acompanhar junto às unidades os casos de crianças que faltam à escola em decorrência de situações de vulnerabilidade procedendo as pertinentes orientações.

Estratégias DRESA

- Garantir a formação continuada de Coordenadores Pedagógicos de todas as Unidades Educacionais da Educação Básica, para qualificar a formação continuada dos professores para atuarem na prevenção da evasão motivada por qualquer forma de discriminação, violência e preconceito, fortalecendo a rede de proteção contra formas associadas de exclusão.
- Garantir o oferecimento de cursos optativos para professores, equipe gestora e pessoal de apoio (ATE I, AVE, estagiários do CEFAl, estagiários parceiros da Aprendizagem), para atuarem na prevenção da evasão motivada por qualquer forma de

discriminação, violência e preconceito, fortalecendo a rede de proteção contra formas associadas de exclusão

- Implementar as ações locais a partir das políticas públicas de SME.
- Ampliar os Grupos de Trabalho “intersecretarial” e “intersectorial” para atender estudantes que estejam em situação de vulnerabilidade ou vítima de violência, estabelecendo parcerias, se necessário, com as Organizações da Sociedade Civil.
- Acompanhar os registros de classes, as avaliações externas e internas das unidades, realizando as ações necessárias quanto aos processos de aprendizagem com vistas a conclusão do ensino fundamental com qualidade.
- Acompanhar as questões pedagógicas nas unidades educacionais com vistas a consolidar o conceito de avaliação para aprendizagem e numa perspectiva formativa.
- Refletir junto à equipe escolar sobre critérios avaliativos e sobre a retenção, acompanhando as ações formativas.
- Acompanhar resultados de aprendizagens por meio do SGP, INEP, SERAP, comissões de classe, verificação junto as unidades quanto as possibilidades de recuperação continuada, projetos de recuperação paralela, assim como demais orientações das Portarias de Organização, Nota Técnica 22, Programa Mais Educação São Paulo, LDB, Currículo Integrador da Infância Paulistana, Currículo da Cidade, que apontam para avaliação processual, participativa e de acompanhamento dos saberes, também dos encaminhamentos para as dificuldades, procedimentos de compensações de ausência e de recuperação.

- Acompanhar e propor ações de combate à evasão escolar e à retenção, garantindo o acesso, a permanência e a melhoria das aprendizagens dos alunos.

META 7

- Manter no ano de 2019, o atendimento no Ensino Médio na EMEFM Lineu Prestes, de modo a colaborar com o atendimento realizado pela rede estadual, orientar os alunos concluintes, por meio das unidades escolares, para o prosseguimento de estudos no Ensino Médio.

Estratégias DRESA

- Garantir formação para os coordenadores pedagógicos sobre propostas pedagógicas que contribuam, junto com os docentes, para a correção do desequilíbrio gerado por repetências sucessivas, entre os anos de permanência do educando na escola e a duração do nível de ensino, reduzindo o tempo médio de conclusão para o tempo de duração desta etapa da Educação Básica.
- Implementar políticas de prevenção à evasão ou qualquer forma de discriminação e preconceito, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.
- Identificar e mapear os locais da região, promotores de ações e atividades que envolvem a Educação Integral.
- Incentivar a divulgação do atendimento nas salas de MOVA, CIEJA e EJA.

- Solicitar a revisão da matriz curricular da EJA/EM para propiciar a inclusão de ensino técnico profissionalizante aos jovens que já estejam na rede municipal.
- Apoiar a manutenção e exarar pareceres para a abertura das salas de EJA.
- Acompanhar o fluxo de atendimento dos jovens concluintes do Ensino Fundamental e as possibilidades de atendimento no Ensino Médio em parceria com o Estado.
- Acompanhar a modalidade EJA, cadastros, fluxo e atendimento, realizando orientações.
- Reivindicar o chamamento público por parte de SME para zerar o analfabetismo.

META 8.

- Manter o atendimento aos alunos conforme a demanda registrada, mantendo-se o acompanhamento pelo CEFAl/NAAPA, encaminhando os alunos para o atendimento nas salas de recursos multifuncionais e/ou encaminhando para os serviços especializados quando requerido.

Estratégias DRESA

- Oferecer formação continuada para os educadores que atuam no AEE – Atendimento Educacional Especializado, e cursos optativos para a comunidade escolar, na perspectiva da educação inclusiva a fim de atender as demandas específicas do público alvo da educação especial.

- Atuar na formação da comunidade escolar, por meio de cursos optativos e itinerância nas escolas, para combater situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional dos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
- Acompanhar o plano de AEE no PPP e nas visitas às unidades escolares e implementar as políticas de formação específica por parte de SME.
- Acompanhar o trabalho nas Unidades Educacionais orientando, apoiando e fortalecendo as equipes em suas dificuldades, propondo ações formativas que possam fortalecê-las.
- Fortalecer ações e parceria com CEFAL.
- Acompanhar os mapeamentos das unidades quanto aos atendimentos dos bebês, crianças, jovens e adultos com deficiências, realizando os encaminhamentos de demandas para os setores e Gabinete quanto a disponibilização de pessoas, recursos e materiais, verificação de priorização de atendimento no setor, interlocução com o CEFAL e com as unidades e rede de atendimento; acompanhamento das salas de SRM nas unidades, acompanhamento da elaboração dos PAEEs e aplicabilidade; verificação da aplicação de recursos
- Acompanhar e avaliar o plano de atendimento educacional especializado, bem como a implementação e a possibilidade de abertura de novas salas recursos multifuncionais nas unidades escolares, garantindo a oferta de educação inclusiva e em parceria

com o CEFAL, buscar atendimento em outros equipamentos, visando a eliminação de barreiras.

- Continuar reivindicando junto à SME a ampliação do módulo de estagiários e AVEs, tendo em vista o aumento do número de crianças atendidas, bem como implementar o sistema de atendimento aos CEIS.
- Fazer injunções aos órgãos competentes para atendimento no ATENDE às crianças de CEIs.
- Construir estratégias de comunicação entre as TEIAS, CEFAL, NAAPA, bem como envidar esforços de participação de setores da DRESA (CEFAL e/ou NAAPA) nas reuniões da TEIA.

META 9

- Ampliar em 30% o número atual de escolas (EMEI/EMEFs) em 2019 que oferecem educação em tempo integral a todos ou a parte dos alunos matriculados, observado o atendimento à demanda.

Estratégias DRESA

- Garantir formação para os gestores educacionais sobre a educação integral em tempo integral, e seus impactos nas aprendizagens dos alunos em situação de vulnerabilidade.
- Garantir o direito fundamental de circulação dos educandos nos Territórios Educativos.
- Implementar turmas de Educação Integral em tempo integral em todas as EMEFs dos CEUs, e, buscando ampliar gradativamente às EMEIs.

- Incentivar as adesões das escolas para a expansão da jornada em Educação Integral, passando de 6 escolas em 2018 para 9 escolas em 2019.
- Estimular e propiciar a reflexão com as unidades para viabilizar o Programa SP Integral, considerando, ainda a demanda da região.
- Apoiar e incentivar as Unidades Educacionais na reflexão sobre a proposta de educação integral com a finalidade de implementar em suas Unidades.
- Autorizar e acompanhar os projetos de contra turno do “Mais Educação São Paulo, Mais Alfabetização, São Paulo Integral”, procedendo incentivos e estudos visando a possibilidades de ampliação do atendimento em cada unidade, atentando às questões que se refiram à atribuição, organização das jornadas que possibilitem a realização dos projetos sem comprometer os horários coletivos, privilegiando o atendimento aos estudantes.
- Acompanhar, propor e avaliar a possibilidade de ampliação do tempo de permanência dos alunos na escola, com atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinar.

META 10

▪ Abrir salas para atendimento à demanda da EJA nos termos da legislação em vigor e manter as parcerias com entidades para continuidade e abertura de salas de MOVA sempre que houver demanda efetiva para o atendimento da alfabetização de adultos.

Estratégias DRESA

- Garantir a formação continuada dos educadores do MOVA para difundir propostas pedagógicas adequadas às características dos educandos, de modo a contribuir com a permanência e a conclusão dos educandos nesta modalidade, contribuindo para a superação do analfabetismo.
- Garantir formação aos coordenadores pedagógicos que atuam na EJA para promover a articulação do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos – MOVA-SP com os Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos – CIEJA e a Educação de Jovens e Adultos – EJA oferecida nas unidades educacionais regulares, incentivando a continuidade de estudos dos educandos.
- Ampliação de salas de EJA conforme demanda cadastrada e incentivar a divulgação.
- Incentivar a interlocução das EMEFs com as salas de MOVA, visando a continuidade da escolaridade.
 - Fortalecer e incentivar as ações das equipes escolares e gestoras com vistas a superação das dificuldades de aprendizagem dos alunos da EJA.
 - Apoiar e acompanhar ações da EJA
 - Acompanhar os programas e políticas públicas de alfabetização na idade certa, MOVAs e EJA etapas iniciais.
 - Acompanhar os processos avaliativos e resultados internos e externos, a formação de turmas de Recuperação Paralela, as estratégias de recuperação continuada, aplicação dos recursos diversos, demandas dos monitores de alfabetização e dos processos formativos em cada unidade.

- Avaliar, acompanhar e propor ações para o atendimento adequado dos alunos na EJA e no MOVA, com propostas que considere a vivência e as especificidades da faixa etária, bem como a garantia da frequência dos estudantes;
- Reivindicar junto à SME que os alunos de MOVA sejam cadastrados no sistema EOL.

META 11

- Manter o funcionamento das UABs nos CEUS da área de abrangência, conforme proposição de SME, bem como demandar para as instâncias competentes eventuais solicitações da comunidade quanto à abertura de cursos superiores.

Estratégias DRESA

- Acompanhar ações de parcerias que estão sendo realizadas por SME.
- Acompanhar ações de expansão da rede pública e oferta de cursos.
- Participar de fóruns, seminários e em outros processos formativos para levantamento e encaminhamento de demandas formativas dos educadores e jovens da região, bem como acompanhamento das ações da UAB nos polos existentes na Diretoria.

META 12.

- Manter e fomentar a orientação em serviço quanto à gestão democrática, orientando as escolas quanto à instituição dos grêmios estudantis, fortalecimento dos conselhos de escola, representação no CRECE, participação em fóruns e plenárias que digam respeito à educação.

Estratégias DRESA

- Acompanhar e apoiar as orientações nas diversas instancias e colegiados visando a implementação de uma gestão democrática.
- Apoiar instituições que ajudam a garantir a gestão democrática.
- Acompanhar e monitorar nos PPPs, a constituição dos colegiados tais como Conselho de Escola, APM, CRECE, Grêmios, bem como fortalecer e implementar políticas públicas educacionais que visem aumentar a participação efetiva dos segmentos envolvidos nestes colegiados.
 - Acompanhar e orientar as unidades escolares na elaboração do Projeto Político Pedagógico de forma democrática entre todos os segmentos da comunidade educativa.
 - Acompanhar e orientar as unidades escolares para o fortalecimento dos conselhos de escola e a participação dos representantes nas demais instâncias de discussão, reflexão e diálogo.
 - Fortalecer a composição e continuidade dos Grêmios estudantis nas unidades escolares da DRESA.
 - Acompanhar e monitorar nos PPPs, a constituição dos colegiados tais como Conselho de Escola, APM, CRECE, Grêmios, bem como fortalecer e implementar políticas públicas educacionais que visem

aumentar a participação efetiva dos segmentos envolvidos nestes colegiados.

- Ampliar as formações que pautem a importância dos Movimentos de participação com destaque para o Grêmio e o Conselho Estudantil.
- Ampliar as formações que pautem a importância dos movimentos de participação com destaque para a formação de Grêmios, assembléias infantis, Conselhos de Escola, APM, CRECE entre outros.
- Sugerir a publicização das pautas e atas das discussões e ações do CRECE/DRESA - CRECESA e do CRECE CENTRAL para as unidades educativas.

META 13

- Publicar e disponibilizar o Plano Regional de Educação para todas as unidades da DRESA, bem como, acompanhar as ações propostas.

Estratégias DRESA

- Levar as unidades refletirem sobre metas do PME e a participarem das plenárias/encontros sobre os planos regionais de educação.
- Auxiliar na elaboração das metas de acordo com a região.
- Planejar coletivamente as estratégias visando ao alcance, o apoio e o fortalecimento das unidades e/ou das equipes que se encontram em regiões de alta vulnerabilidade.

- Acompanhar iniciativas de expansão da rede no aspecto quantitativo e qualitativo em especial atendendo aos padrões de qualidade ao se efetivar parcerias.
- Participar na elaboração do PME regional, participar no comitê regional e proceder ao acompanhamento junto às unidades das estratégias de implementação e estudos do PME.
- Participar e contribuir nas discussões dos planos regionais no âmbito de cada área de atuação.
- Garantir encontros periódicos, no mínimo semestrais, com representantes das unidades para acompanhamento do Plano Regional de Educação.

COMITÊ REGIONAL - DRESA

CICERA BATISTA DA SILVA
MOVA – COORDENADORA

CLEITON GOMES DA SILVA
SINPEEM - DIRETORIA

CYNTIA SIMONE DE SOUZA RODRIGUES
DRESA - SUPERVISOR ESCOLAR

FRANCISCO ANILDO DA SALES
DRESA - SUPERVISOR ESCOLAR

HILDA M. F. PIAULINO
DRESA - SUPERVISORA TÉCNICA

JEISILANE GOMES DOS SANTOS
CONSELHO TUTELAR CIDADE ADEMAR - CONSELHEIRA

JOÃO LUIZ MARTINS
APROFEM - CONSELHEIRO

JOSÉ LUIZ FEIJO NUNES
DRESA - SUPERVISOR ESCOLAR

LUANA GUARANY DE ALMEIDA
DRESA/CEFAI - ATE I

MÁRCIA FONSECA SIMÕES
EMEF - João de Souza Ferraz / DIRETORIA SINESP

MARLENE A. Z. SCHNEIDER
SIEEESP – CONSELHEIRA

MONICA BATISTA SILVEIRA
DRESA/ DIPED - ATE I

OLGA MARIA LODI RIZZINI
UNISA/ UNIVERSIDADE - COORDENADORA

SERGIO ALVES DE SOUZA
DRESA/ DICEU - ATE I

